



Número: **0019054-22.2017.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 18ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO PEDRO PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		LORENA SAMPAIO DA SILVA (ADVOGADO) BRUNNA MARQUES PERAZZO SEIXAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62451311	25/05/2020 17:40	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 18ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810321

**Processo nº 0019054-22.2017.8.17.2001**

**SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

R. H.

Trata-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos em razão da sentença proferida ao ID nº 60826387, que julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais.

Aduziu a embargante que a precitada sentença foi omissa por não ter se manifestado sobre a data inicial dos juros e da correção monetária no que tange ao valor da condenação, requerendo, portanto, a fixação de juros a partir da citação, mas pugnando pela não incidência da correção monetária ou, caso haja, pela fixação a partir da data da propositura da ação.

Manifestação do embargado ao ID nº 62166638.

**É o relatório. Passo, pois, a decidir.**

Recebo os embargos, por serem tempestivo, e os acolho parcialmente, pelas razões a seguir expostas.

Assiste razão à embargante no que concerne à omissão quanto à delimitação dos juros e da correção monetária no dispositivo da precitada sentença.



Contudo, entendo ser devida a correção monetária a partir da data do evento danoso, consoante dispõe o teor da súmula nº 580 do STJ, *in verbis* “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”.

Ante o exposto, mediante a provocação apontada, acolho, parcialmente, os embargos de declaração e supro a omissão presente na sentença, conferindo-lhe a redação abaixo transcrita, a qual deverá fazer parte integrante do julgado:

“Condeno a ré ao pagamento do valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em favor do autor, a título de complemento à indenização do seguro obrigatório DPVAT, em decorrência do acidente sofrido, com correção monetária desde a data do acidente (Sum. 580 STJ) e juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação (Sum. 426 STJ) e tudo até a data do efetivo pagamento.”

No mais, permanece a sentença com a redação original de lançamento.

Por conseguinte, devolvo o prazo para apresentação do recurso cabível, a contar da intimação da presente decisão.

P.R.I.

Recife, 25 de maio de 2020.

**Juiz de Direito**

